



Idec pede consulta pública para reforma da Lei de Direitos Autorais

O Instituto de Defesa do Consumidor se uniu ao Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas, à organização Intervozes e a outras 12 entidades para pedir um debate aberto sobre a reforma da Lei dos Direitos Autorais. Juntas, as entidades entregaram uma carta à ministra-Chefe da Casa Civil, Erenice Guerra, pedindo a abertura de consulta pública do projeto que propõe mudanças na lei.

Não é a primeira vez que especialistas pedem um debate mais aberto sobre o tema, a exemplo do que vem sendo feito com o Marco Regulatório Civil da Internet. O anteprojeto da nova lei virtual está [publicado](#) na íntegra em página do Ministério da Justiça. No ano passado, advogados que participavam do Fórum Nacional de Direito Autoral, criado pelo Ministério da Cultura para discutir o tema, receberam apenas recortes da lei para dar suas sugestões. “O anteprojeto não foi apresentado em sua totalidade a ninguém. É louvável que o Ministério da Cultura abra o tema para debate, mas é preciso fazê-lo de maneira mais ampla”, afirmou **Silmara Chinelatto**, professora da Faculdade de Direito da USP.

A Rede, que mantém o [blog](#) Reforma do Direito Autoral, é composta por organizações das áreas de cultura e artes, direito do consumidor, educação, comunicação, plataformas digitais livres e movimento estudantil. Em carta, as entidades explicam que “a modificação da lei que está sendo proposta reflete o anseio de estudantes, pesquisadores e professores que buscam acesso a conhecimento, de instituições que precisam preservar o patrimônio nacional, de consumidores que adquirem produtos culturais, de criadores que precisam ser reconhecidos por sua produção intelectual e artística, com uma relação equilibrada com os intermediários da cadeia.”

De acordo com a rede, “a flexibilização da LDA é imprescindível para que o direito autoral signifique uma ferramenta de alcance do interesse público, tanto na proteção do autor, quanto na realização dos anseios da sociedade por seu direito à cultura e ao conhecimento”. Segundo as entidades, o projeto de lei pretende um equilíbrio maior entre a proteção do autor e o acesso democrático às obras, e precisa estar compatível com as inovações tecnológicas e a internet.

Entre as mudanças propostas pelo governo está a liberação da reprodução de obra para uso privado. O Ministério sugere a permissão de cópias para preservação da obras, que podem ser bem utilizadas por bibliotecas por exemplo. Outra novidade é permitir a reprodução de obras que não conste mais no catálogo do editor ou produtor responsável, uma forma de preservar a divulgação de criações que já não podem ser adquiridas pelos meios comerciais normais. Permitir o uso de obras para fins didáticos e religiosos também está previsto pelo anteprojeto.

Date Created

08/05/2010